

PROJETO DE LEI N° /2025

Institui o Programa de Educação Financeira, Digital e de Prevenção à Ludopatia e Apostas Online na rede municipal de ensino de Vitória.

Art. 1º Institui a política de Educação a Ludopatia e Apostas Online, no âmbito da rede pública municipal de ensino de Vitória, o Programa de Educação Financeira, Digital e de Prevenção à Ludopatia e Apostas Online.

Art.2° O Programa terá como objetivos:

- I conscientizar estudantes, familiares e educadores sobre a **ludopatia**, reconhecida como transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seus sinais, sintomas e impactos;
- II orientar sobre os riscos financeiros, psicológicos, sociais e familiares associados a jogos e apostas online;
- III promover a educação financeira básica, incluindo noções
 de orçamento, consumo consciente e prevenção ao
 endividamento;
- IV alertar sobre golpes digitais, uso indevido de dados
 pessoais e fraudes envolvendo CPF;
- V fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra práticas de exploração digital e publicidade abusiva.
- Art. 3º O conteúdo do Programa será integrado de forma transversal ao calendário escolar anual, podendo ser



desenvolvido por meio de projetos interdisciplinares, atividades específicas e campanhas educativas.

- Art. 4° Constituem ações do Programa:
- I palestras, oficinas, rodas de conversa e dinâmicas com educadores, estudantes e famílias;
- II produção e distribuição de materiais informativos sobre os riscos das apostas, prevenção à ludopatia e proteção digital;
- III campanhas de conscientização na comunidade escolar;
- IV capacitação continuada de profissionais da educação para identificação de sinais de comportamento ludopata e encaminhamento adequado;
- V estabelecimento de parcerias com profissionais e serviços de saúde mental para apoio e orientação.
- Art. 5° O Poder Executivo poderá firmar parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino superior, entidades da área de saúde mental e organizações da sociedade civil para a implementação e o desenvolvimento do Programa.
- Art. 6° As unidades escolares da rede municipal poderão promover, anualmente, atividades sobre o tema, com a participação de pais, mães ou responsáveis.
- **Art.** 7° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attílio Vivacqua, 21 de novembro de 2025



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito da rede municipal de ensino de Vitória, o Programa de Educação Financeira, Digital e de Prevenção à **Ludopatia** e Apostas Online.

A expansão desregulada das plataformas de apostas online no Brasil tem exposto crianças, adolescentes e jovens a riscos sem precedentes. A ludopatia, ou transtorno do jogo, é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma condição de saúde mental grave, caracterizada pelo comportamento persistente e recorrente de jogo, que leva a prejuízos clinicamente significativos.

Nossos jovens estão especialmente vulneráveis. A facilidade de acesso, a publicidade agressiva e a falta de orientação podem levar ao desenvolvimento de vícios, crises de ansiedade, depressão, endividamento precoce e até mesmo à evasão escolar. É alarmante o número de casos de uso fraudulento de CPFs de menores e de beneficiários de programas sociais para cadastro em sites de apostas.

Neste contexto, a escola assume um papel fundamental como espaço de formação cidadã e de promoção da saúde. A educação é a ferramenta mais poderosa para a prevenção, capacitando nossos estudantes a fazerem escolhas conscientes e críticas frente a esses estímulos.

Este Programa, portanto, busca:

- 1. Prevenir o desenvolvimento da ludopatia por meio da informação e do debate;
- 2. Promover a saúde mental da comunidade escolar;
- 3. Oferecer educação financeira como antídoto ao endividamento;
- 4. Fortalecer a proteção digital de crianças e adolescentes;



5. Orientar as famílias para que possam identificar sinais de alerta e agir preventivamente.

Fundamenta-se esta proposta na competência municipal para legislar sobre educação, saúde e proteção da criança e do adolescente, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste relevante projeto de lei.

Palácio Attílio Vivacqua, 21 de novembro de 2025

ARMANDINHO FONTOURA

Vereador - PL

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300320039003900330038003A005000
Assinado eletronicamente por Armando Fontoura Borges Filho em 24/11/2025 08:35 Checksum: B350B9836F6BA85BDBB6FA0FB4B6B0DE899CFC7AF26C89B47FC89846BDFFF653